

**LegisFácil - Pesquisa Integrada à Legislação e Orientação Tributária****CONSULTA INTERNA Nº 015/2018**

**Assunto:** ITCD - Contagem do prazo de decadência para inventário extrajudicial de óbito ocorrido na vigência da Lei nº 14.941/2003, mas anterior à vigência do Decreto nº 43.981/2005

Origem: AF/Unai

Consultante: Emílio Veloso Bueno

**Exposição/Pergunta:**

O inciso I do art. 13 da Lei nº 14.941/2003 dispõe que o prazo para pagamento do ITCD na transmissão causa mortis é de 180 dias após o óbito, delimitando seu vencimento.

Antes da publicação da Lei nº 15.958, em 30/12/2005, que alterou a redação de seu art. 17, não havia menção na referida lei à obrigatoriedade do contribuinte de apresentar a Declaração de Bens e Direitos:

Redação anterior à Lei nº 15.958/2005:

Art. 17. Independentemente da distribuição de processo judicial de inventário ou de arrolamento de bens, o contribuinte, apresentando declaração de bens com discriminação dos respectivos valores em repartição pública fazendária, poderá efetuar o pagamento do ITCD na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

Redação dada pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 6º, ambos da Lei nº 15.958/2005:

Art. 17. O contribuinte apresentará declaração de bens com discriminação dos respectivos valores em repartição pública fazendária e efetuará o pagamento do ITCD no prazo estabelecido no art. 13.

Anteriormente à referida alteração da Lei nº 14.941/2003, o Decreto nº 43.981/2005 (RITCD), em vigor a partir de 04/03/2005, dispôs:

Art. 41. São indispensáveis ao lançamento do ITCD:

I - a entrega da declaração de que trata o art. 31, ainda que intempestivamente;

II - o conhecimento, pela autoridade administrativa, das informações relativas à caracterização do fato gerador do imposto, necessárias à lavratura do ato administrativo, inclusive no curso de processo judicial.

Parágrafo único. - O prazo para a extinção do direito de a Fazenda Pública formalizar o crédito tributário inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado com base nas informações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo.

Assim, no período compreendido entre o início da vigência da Lei nº 14.941/2003 (01/01/2004) e a publicação do Decreto nº 43.981/2005 (04/03/2005), a legislação tributária relativa ao ITCD determinava o vencimento do ITCD, mas não a obrigação do contribuinte de apresentar as informações ao Fisco para o cálculo do imposto.

Diante do acima exposto, pergunta-se:

1 - Havendo a demarcação explícita do vencimento do imposto na legislação tributária, sem que houvesse a mesma clareza quanto à obrigatoriedade para o contribuinte de trazer ao fisco as informações necessárias à formalização do crédito tributário, o prazo inicial para transcurso da decadência relativo a fatos geradores ocorridos de 01/01/2004 a 03/03/2005, ressalvados os casos de impedimento do lançamento, é o primeiro dia do exercício seguinte ao vencimento do imposto?

2 - Em caso de resposta positiva à questão anterior, independentemente de se tratar de processos de inventário judiciais ou extrajudiciais, o direito de a Fazenda Pública lançar o crédito tributário referente a todo e qualquer fato gerador ocorrido de 01/01/2004 a 03/03/2005 está decaído?

**Resposta:**

1 e 2 - Por meio da resposta à pergunta nº 65 da Orientação Tributária DOLT/SUTRI nº 002/2006, esta Diretoria esclareceu que, em relação a fatos geradores ocorridos até 03 de março de 2005, na vigência da Lei nº 14.941/2003, o prazo decadencial deverá ser aferido caso a caso, não prevalecendo a regra estabelecida no parágrafo único do art. 41 do RITCD/05, que toma como termo inicial para o prazo

decadencial o primeiro dia do exercício seguinte ao conhecimento, pela autoridade administrativa, das informações relativas à caracterização do fato gerador.

Destacou que, em determinadas hipóteses, o direito à constituição do crédito tributário pode não ter decaído em virtude de algum impedimento ao exercício deste direito, tal como nos processos que correm em segredo de justiça, quando o Fisco requer a informação e se dá o indeferimento pela autoridade judiciária.

Completo que, a partir de 04 de março de 2005, em razão do mencionado parágrafo único do art. 41, o prazo decadencial passou a ter como termo inicial o primeiro dia do exercício seguinte ao conhecimento, pela autoridade administrativa, das informações relativas à caracterização do fato gerador.

Portanto, para fatos geradores ocorridos entre 1º/01/2004 e 03/03/2005 o direito à constituição do crédito tributário está decaído, ressalvada apenas as hipóteses em que o Fisco estivesse impedido de exercer tal direito, conforme acima explicitado.

DOT/DOLT/SUTRI/SEF, 26 de fevereiro de 2018.

**Valdo Mendes Alves**

Assessor

Divisão de Orientação Tributária

**Marcela Amaral de Almeida**

Assessora Revisora

Divisão de Orientação Tributária

**Ricardo Wagner Lucas Cardoso**

Coordenador

Divisão de Orientação Tributária

De acordo.

**Ricardo Luiz Oliveira de Souza**

Diretor de Orientação e Legislação Tributária